



Jornal Oficial do Município de Londrina

IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

ANO XVIII

Nº 2674

Publicação Diária

Quinta-feira, 26 de março de 2015

JORNAL DO EXECUTIVO ATOS LEGISLATIVOS



Digitally signed by
MUNICÍPIO DE
LONDRINA:7577147700017
0
Location: Avenida Duque de
Caxias, nº635, segundo
andar, Jardim Mazzei II
Date: 2015.03.26 17:38:00
-03'00'

EDIÇÃO EXTRA BALANÇO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA					
CNPJ n.º 75.771.477/0001-70					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Balanço do Exercício de 2014					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	263.694.372,72	277.873.961,75	PASSIVO CIRCULANTE	51.958.093,55	47.243.755,52
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	163.043.777,08	143.613.289,67	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST	24.418.632,94	22.133.784,95
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	163.043.777,08	143.613.289,67	PESSOAL A PAGAR	189.824,41	136.466,02
CRÉDITO A CURTO PRAZO	57.448.657,94	100.914.277,36	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	54.489,95	54.489,95
CRÉDITO TRIBUTÁRIOS A RECEBER	55.655.693,61	47.092.312,12	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	4.800,84	4.416,67
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	353.127.046,22	466.312.230,94	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	24.169.517,74	21.938.412,31
CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER	5.425.840,53	5.610.272,81	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO	13.318.558,09	8.445.881,72
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-356.759.922,42	-418.100.538,51	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	7.710.204,04	2.951.855,66
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	43.201.937,70	33.346.394,72	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	5.044.021,50	4.951.577,31
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOA E A TERCEIROS	11.329,08	14.818,23	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E	564.332,55	542.448,75
TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.459.331,11	7.061.623,84
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO	7.459.331,11	7.061.623,84
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES	21.719.795,63	13.435.325,60	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	608.149,84	603.953,42
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - DEMAIS	12.792.585,97	12.566.297,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A	607.772,56	603.953,42
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A	8.678.227,02	7.329.953,89	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS	377,28	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.153.421,57	8.998.511,59
ALMOXARIFADO	0,00	0,00	VALORES RESTITUIVEIS	5.514.903,86	8.446.271,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.299.460.151,53	1.022.156.777,82	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	638.517,71	552.240,59
INVESTIMENTOS	88.690.926,84	129.387.414,92	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	378.990.696,95	353.284.021,44
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	126.693.333,21	132.654.109,73	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST	239.022.683,24	225.162.056,11
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	-38.002.406,37	-3.266.694,81	PESSOAL A PAGAR	23.967.898,08	10.728.561,80
IMOBILIZADO	1.210.207.304,61	892.563.427,94	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	215.054.785,16	214.433.494,31
BENS MÓVEIS	65.054.348,69	58.169.722,73	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO	56.138.309,95	63.656.553,74
BENS IMÓVEIS	1.145.152.955,92	834.393.705,21	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	2.408.361,16	5.698.175,14
INTANGÍVEL	561.920,08	205.934,96	FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	53.729.948,79	57.958.378,60
SOFTWARES	561.920,08	205.934,96	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E	0,00	0,00
TOTAL	1.563.154.524,25	1.300.030.739,57	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	18.415.395,68	18.320.990,19
			OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A	18.415.395,68	18.320.990,19
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	65.414.308,08	46.144.421,40
			OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	65.414.308,08	46.144.421,40
			TOTAL DO PASSIVO	430.948.790,50	400.527.776,96
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			RESULTADOS ACUMULADOS	1.132.205.733,75	899.502.962,61
			RESULTADO DO EXERCÍCIO	-69.686.821,00	-480.585.489,24
			RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	899.644.322,30	898.488.444,68
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	302.248.232,45	481.600.007,17
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.132.205.733,75	899.502.962,61
TOTAL	1.563.154.524,25	1.300.030.739,57	TOTAL	1.563.154.524,25	1.300.030.739,57
ATIVO FINANCEIRO	185.801.744,05	157.981.943,10	PASSIVO FINANCEIRO *	91.321.563,64	62.978.122,09
ATIVO PERMANENTE	1.377.352.780,20	1.142.048.796,47	PASSIVO PERMANENTE	408.775.038,05	377.896.004,39
SALDO PATRIMONIAL				1.063.057.922,56	859.156.613,09
* Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados					
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A	3.132.679,69	1.206.190,86	GARANTIA E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A	131.345.020,43	119.494.696,32
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS	15.926.628,04	17.483.618,80	OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS	724.198,30	258.737,22
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	293.454.428,46	102.152.623,82
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	6.315.874.243,96	6.252.354.723,72
TOTAL	19.059.307,73	18.689.809,66	TOTAL	6.741.397.891,15	6.474.260.781,08
Alexandre Lopes Kireeff Prefeito do Município			Hélio dos Santos Controlador-Geral do Município		
			Edson Gaiotto Contador CRC n.º 40.211/O-5		

MUNICÍPIO DE LONDRINA
CNPJ Nº 75.771.477/0001-70
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da
Administração Direta
Exercício de 2014

I - ATIVIDADE

O Município de Londrina, com personalidade jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 75.771.477/0001-70, dotado de autonomia política, administrativa e financeira assegurados pela Constituição Federal, Constituição do Estado do Paraná e pela Lei Orgânica do Município para promover a administração pública geral do município de Londrina, tendo como objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária; promover o bem de todos os munícipes, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; promover o desenvolvimento municipal de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população e a integração urbano-rural; erradicar a pobreza, o analfabetismo e a marginalização, e reduzir as demais desigualdades sociais; garantir, no âmbito de sua competência, a efetividade dos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana e dos direitos sociais previstos na Constituição Federal, através da sua estrutura organizacional, composta por seus órgãos da Administração Direta e Indireta, sendo esses: as Secretarias Municipais, os Fundos Especiais, as Autarquias, Sociedade Anônima, Sociedades de Economia Mista e Fundação.

II - CONTEXTO OPERACIONAL

A Lei Complementar n.º 101/00, Lei 10.180/01 e os Decretos 6.976/09 e 7.482/11, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF) a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, o que estabelece a Portaria Conjunta nº 002/12 e Portaria n.º 437/12, padronizam os procedimentos contábeis orçamentários nos três níveis de governo, instituindo as demonstrações contábeis padronizadas e consolidação de dados, estabelecendo regras de procedimentos, destacando aquelas mais relevantes de forma a proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.

III - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, que estatui normas, gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal, encerradas em 31 de dezembro de 2014, comparativas com o exercício anterior, de acordo os novos Princípios Contábeis, Normas Brasileiras de Contabilidade e demais legislações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a Resolução CFC n.º 1.437/13 DE 14/04/2013, que Aprova a NBC T 16.6. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público foi padronizado dentro do âmbito nacional, adequando-o aos dispositivos legais vigentes e aos padrões internacionais de contabilidade para o setor público, assim como as Demonstrações Contábeis, os procedimentos contábeis patrimoniais específicos, a serem adotados pelos entes públicos de forma obrigatória a partir de 2013, conforme estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministeriais STN/SOF nº 163, de 04/05/2001, e suas alterações. Assim como, a Lei Orçamentária Anual nº. 11.985 de 26 de dezembro de 2013, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2014 e suas respectivas alterações. Tendo seus atos e fatos registrados, dentro do regime de competência, das despesas legalmente empenhadas e as receitas pertencentes ao exercício financeiro. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais.

IV - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa, em moeda nacional.

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e possui liquidez imediata.

b) Créditos a Curto Prazo.

Os Crédito a Curto Prazo são registradas e mantidos no balanço pelo valor nominal representativos desses créditos. A provisão para perdas é constituída, quando necessária, em montante considerado para cobrir as prováveis perdas na realização desses créditos. As receitas a apropriar de tributos renegociados são registradas a valores nominais originados, acrescidos de encargos, firmados com munícipes e serão apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de vigência dos respectivos acordos. As receitas de Dívida Ativa são registradas a valores nominais originais acrescidas de encargos e juros até a presente data.

c) Demais créditos e valores.

Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos e obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas entidades e instituições. Com isso, o registro fica aguardando o devido retorno para serem baixados, juntamente com as obrigações registradas no passivo ou para transferências em contas de resultados.

d) Investimentos

As participações societárias do Município em entidades da administração indireta e de outras entidades públicas, estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados da equivalência patrimonial são apurados e apresentados em contas de resultado do exercício.

e) Ativo imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição e construção. O processo de depreciação dos bens não foi aplicado no corrente exercício, cujos procedimentos estão sendo preparados e a sua implantação está prevista para os próximos exercícios de conformidade com as novas regras a serem aplicadas a contabilidade do Setor Público.

f) Intangível

O intangível está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com a aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. O processo de amortização dos bens intangível está sendo preparado juntamente com o mesmo processo de depreciação acima mencionado.

g) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, quando relevante. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pró-rata temporis), utilizando o método de taxa de juros efetiva.

h) Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes.

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência que estabelece que elas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento. As receitas cujo fato gerador é de acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita ao cofre público são registradas em contas específicas do resultado operacional.

i) Instrumentos financeiros

O Município não atua no mercado de derivativos e nem de renda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber e empréstimos não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

j) Outras obrigações de curto e longo prazo.

Correspondem a contratos de parcelamentos de obrigações com encargos de contribuições sociais, fiscais, dívida fundada interna e precatórios inscritos.

1.- CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA

Disponibilidades

DESCRIÇÃO	2014	2013
1.1 Caixa	0,00	0,00
1.2 Bancos conta movimento	12.054.272,42	4.328.099,21
1.3 Aplicações financeiras	150.989.504,66	139.285.273,41
Totais das disponibilidades	163.043.777,08	143.613.289,67

1.3 Aplicações Financeiras.

O Município mantém seus recursos, compostos de recursos livres e vinculados em contas bancárias de aplicações financeiras, nas seguintes modalidades, a saber:

DESCRIÇÃO	2014	2013
1.1.1 Aplicação dos saldos da Conta Movimento		
1.1.2 Poupanças	29.587.373,59	19.201.266,24
1.1.3 Fundo de Aplicação Financeiras	70.740.220,10	94.712.680,97
1.1.4 Aplicação a Prazo Fixo – CDB	50.661.910,97	25.371.326,20
Totais das aplicações financeiras	150.989.504,66	139.285.273,41

2. CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Valores a Receber

DESCRIÇÃO	2014	2013
2.1 Créditos Tributários a Receber	55.655.693,61	47.092.312,12
2.2 Dívida Ativa Tributária	353.127.046,22	466.312.230,94
2.3 Créditos de Transferência a Receber	5.425.840,53	5.610.272,81
2.4 (-) Ajustes Perdas de Créd. à Curto Prazo	-356.759.922,42	-418.100.538,51
Totais dos créditos de curto prazo	57.448.657,94	100.914.277,36

Valores a Receber - O saldo líquido dos créditos a receber no valor de R\$ 57.448.657,94, são decorrentes do valor bruto de: R\$ 55.655.693,61, da conta de Créditos Tributários a Receber no final do exercício em 2014; Dívida Ativa Tributária inscrita no valor de R\$ 353.127.046,22, que ainda não foram recebidas pelo município e da conta de Créditos de Transferências a Receber; recursos a receber vinculados a convênios e obrigações no valor de R\$ 5.425.840,53. A conta redutora, Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo, no valor de R\$ 356.759.922,42, é instituído para prevenir possíveis perdas financeiras derivadas da falta de pagamento dos valores devidos à Fazenda Municipal. O valor do ajuste é reavaliado em cada período no qual serão elaboradas demonstrações contábeis e ajustadas para refletir melhor a estimativa corrente.

2.4 Ajustes de Perdas de Créditos à Curto Prazo.

DESCRIÇÃO	2014	2013
2.1.1 Ajustes de Perdas de Créditos Tributários	-9.119.898,99	-7.687.148,15
2.1.2 Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	-347.640.023,43	-410.413.390,36
Total ajuste e perdas de créditos à curto prazo	-356.759.922,42	-418.100.538,51

Ajustes de Perdas de Créditos Tributários - Os índices foram calculados com base na metodologia baseada no histórico de recebimentos de períodos passados nos anos anteriores, de conformidade com o previsto no manual - MCASP, STN Parte III 6ª Edição. Refere-se ao instituído para prevenir possíveis perdas financeiras derivadas da falta de pagamento dos valores devidos à Fazenda Municipal. O valor do ajuste é reavaliado em cada período no qual serão elaboradas demonstrações contábeis e ajustadas para refletir melhor a estimativa corrente.

O valor do ajuste para perdas deve ser revisto ao menos anualmente, para fins de elaboração das demonstrações contábeis. A necessidade e a obrigação da constituição dos ajustes para perdas prováveis estão fundamentadas nas NBCASP e nos Princípios de Contabilidade, especialmente nos Princípios da Oportunidade, Competência, e Prudência, conforme Resolução n 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade.

Informamos que a base de cálculo para mensuração destes ajustes de perdas terá sua aplicabilidade dos índices abaixo até 31/12/2014, sendo que a partir de 01/01/2015, uma nova base de cálculo baseada em históricos de recebimentos de períodos passados nos anos anteriores será atualizada para o exercício de 2015, que serão aplicados mensalmente, para constituição de um ajuste que reflita possíveis perdas financeiras derivadas da falta de pagamento dos valores devidos à Fazenda Pública. Esta necessidade justifica-se por duas razões: pelo risco de atraso no encaixe do seu valor e pela possibilidade de não recebimento. Nos dois casos há o risco de perda, implicando a necessidade de sua contemplação nos cálculos da constituição dos ajustes. Desse modo, os créditos tributários a receber devem figurar no balanço por seu valor líquido provável de realização, independentemente de sua origem, tipo de operação ou devedor, conforme os preceitos contábeis.

2.5 - Memória de Cálculo dos Ajustes de Perdas de Créditos à Curto Prazo

DESCRIÇÃO	ÍNDICES
Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Urbana – IPTU	3,12%
Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI	2,29%
Imposto Sobre Serviços – ISS	19,26%
Taxas	0,77%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,53%
Taxas pela Prestação de Serviços	1,13%
Contribuição de Melhoria	45,19%
Índice Médio do Ajuste de Perdas de Créditos Tributários	8,89%

2.5.1- Memória de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Predial Urbana - IPTU

1.1.2.9.1.03.01.01.00.00.00.00

- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2010	
2010	24.425.125,33
Média:	2.035.427,11

Recebimento 2011	
2011	35.755.134,63
Média:	2.979.594,55

Recebimento 2012	
2012	37.046.794,11
Média:	3.087.232,84

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.11.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2010: Saldo D.A. IPTU		
2010	1	128.577.797,57
2010	2	127.128.732,17
2010	3	124.530.690,72
2010	4	123.366.431,02
2010	5	120.601.806,54
2010	6	119.468.043,15
2010	7	117.170.659,63
2010	8	114.489.645,68
2010	9	112.581.897,33
2010	10	112.007.962,99
2010	11	108.742.184,40
2010	12	133.297.537,61
TOTAL:		1.441.963.388,81
Média:		120.163.615,73

2011: Saldo D.A. IPTU		
2011	1	130.354.327,68
2011	2	137.106.962,44
2011	3	134.159.554,86
2011	4	133.404.575,98
2011	5	130.848.116,03
2011	6	129.911.716,70
2011	7	127.429.572,64
2011	8	126.877.068,78
2011	9	124.629.991,27
2011	10	123.681.547,28
2011	11	122.145.564,43
2011	12	125.617.666,36
TOTAL:		1.546.166.664,45
Média:		128.847.222,04

2012: Saldo D.A. IPTU		
2012	1	124.942.473,47
2012	2	124.497.663,90
2012	3	123.693.634,95
2012	4	122.743.153,19
2012	5	119.974.863,81
2012	6	120.000.433,71
2012	7	117.407.922,08
2012	8	116.984.920,90
2012	9	115.538.335,40
2012	10	111.803.869,58
2012	11	94.734.861,87
2012	12	122.767.130,95
TOTAL:		1.415.089.263,81
Média:		117.924.105,32

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 8.01.20.10.01.00.00 DÍVIDA ATIVA DO IPTU

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2010 a 2012:

Ítem	EXERCÍCIO DE 2010	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2010 = R\$	1.441.963.388,81
2	Média anual de saldos mensais = $1.441.963.388,81 / 12 =$	120.163.615,73
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2010 = R\$	24.425.125,33
4	Média mensal de recebimentos = $24.425.125,33 / 12 =$	2.035.427,11
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2010: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,69%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2011	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2011 = R\$	1.546.166.664,45
2	Média anual de saldos mensais = $1.546.166.664,45 / 12 =$	128.847.222,04
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2011 = R\$	35.755.134,63
4	Média mensal de recebimentos = $35.755.134,63 / 12 =$	2.979.594,55
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2011: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	2,31%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	1.415.089.263,81
2	Média anual de saldos mensais = $1.415.089.263,81 / 12 =$	117.924.105,32
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	37.046.794,11
4	Média mensal de recebimentos = $37.046.794,11 / 12 =$	3.087.232,84
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2012: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	2,62%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2010	Média Ponderada de Recebimentos	1,694%
2011	Média Ponderada de Recebimentos	2,313%
2012	Média Ponderada de Recebimentos	2,618%
Total % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012)		6,624%
Média % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012) / 3		2,208%

Portanto, para os exercícios de 2010, 2011 e 2012 a média de recebimento ACIMA indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 2,21\% = 97,79\%$$

Conclusão:

97,79% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como:

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU

2.5.2 - Memória de Cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

1.1.2.9.1.03.01.02.00.00.00.00

- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2010	
2010	158.339,60

Média: 13.194,97

Recebimento 2011	
2011	162.771,14

Média: 13.564,26

Recebimento 2012	
2012	496.635,20

Média: 41.386,27

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.12.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2010: Saldo D.A. ITBI		
2010	1	943.742,82
2010	2	941.151,57
2010	3	924.951,56
2010	4	883.756,59
2010	5	866.166,32
2010	6	873.374,02
2010	7	865.796,97
2010	8	868.384,58
2010	9	856.521,87
2010	10	853.195,79
2010	11	840.956,63
2010	12	1.126.697,32

TOTAL: 10.844.696,04

Média: 903.724,67

2011: Saldo D.A. ITBI		
2011	1	1.125.061,26
2011	2	1.122.221,21
2011	3	1.115.033,12
2011	4	1.101.143,07
2011	5	1.083.949,00
2011	6	1.094.295,39
2011	7	1.086.473,60
2011	8	1.042.824,52
2011	9	1.034.015,82
2011	10	1.031.926,70
2011	11	1.024.961,94
2011	12	1.211.793,65

TOTAL: 13.073.699,28

Média: 1.089.474,94

2012: Saldo D.A. ITBI		
2012	1	1.210.462,91
2012	2	1.204.784,00
2012	3	1.189.547,41
2012	4	1.190.628,24
2012	5	1.167.819,80
2012	6	1.229.019,56
2012	7	1.223.251,29
2012	8	1.217.833,84
2012	9	1.213.054,88
2012	10	1.002.844,56
2012	11	916.811,58
2012	12	858.066,32

TOTAL: 13.624.124,39

Média: 1.135.343,70

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 8.01.20.10.03.00.00 DÍVIDA ATIVA DO ITBI

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2010 a 2012:

Ítem	EXERCÍCIO DE 2010	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2010 = R\$	10.844.696,04
2	Média anual de saldos mensais = $10.844.696,04 / 12 =$	903.724,67
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2010 = R\$	158.339,60
4	Média mensal de recebimentos = $158.339,60 / 12 =$	13.194,97
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2010: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,46%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2011	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2011 = R\$	13.073.699,28
2	Média anual de saldos mensais = $13.073.699,28 / 12 =$	1.089.474,94
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2011 = R\$	162.771,14
4	Média mensal de recebimentos = $162.771,14 / 12 =$	13.564,26
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2011: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,25%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	13.624.124,39
2	Média anual de saldos mensais = $13.624.124,39 / 12 =$	1.135.343,70
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	496.635,20
4	Média mensal de recebimentos = $496.635,20 / 12 =$	41.386,27
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2012: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	3,65%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2010	Média Ponderada de Recebimentos	1,460%
2011	Média Ponderada de Recebimentos	1,245%
2012	Média Ponderada de Recebimentos	3,645%
Total % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012)		6,350%
Média % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012) / 3		2,117%

Portanto, para os exercícios de 2010, 2011 e 2012 a média de recebimento ACIMA indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 2,12\% = 97,88\%$$

Conclusão:

97,88% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como:

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI

2.5.3 - Memória de Cálculo do Imposto Sobre Serviços - ISS

1.1.2.9.1.03.01.03.00.00.00.00

- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2010	
2010	3.123.983,87

Média: 260.331,99

Recebimento 2011	
2011	4.425.060,31

Média: 368.755,03

Recebimento 2012	
2012	11.706.506,48

Média: 975.542,21

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.13.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2010: Saldo D.A. ISS		
2010	1	187.643.730,28
2010	2	192.244.392,48
2010	3	191.987.273,08
2010	4	193.910.123,42
2010	5	193.667.646,90
2010	6	194.266.858,41
2010	7	194.020.821,20
2010	8	195.098.961,38
2010	9	194.719.653,50
2010	10	194.981.758,53
2010	11	194.722.909,83
2010	12	206.914.973,15

TOTAL: 2.334.179.102,16

Média: 194.514.925,18

2011: Saldo D.A. ISS		
2011	1	206.769.411,68
2011	2	206.797.530,70
2011	3	206.478.509,91
2011	4	206.144.369,93
2011	5	205.813.718,16
2011	6	215.293.036,29
2011	7	215.026.802,26
2011	8	216.056.768,82
2011	9	215.667.154,09
2011	10	216.168.191,93
2011	11	215.511.911,94
2011	12	229.775.221,34

TOTAL: 2.555.502.627,05

Média: 212.958.552,25

2012: Saldo D.A. ISS		
2012	1	229.744.841,21
2012	2	230.569.951,97
2012	3	230.156.787,79
2012	4	232.048.394,22
2012	5	231.550.768,39
2012	6	233.627.191,57
2012	7	232.895.392,73
2012	8	245.293.564,10
2012	9	245.157.245,13
2012	10	222.429.359,41
2012	11	221.023.903,15
2012	12	263.531.684,18

TOTAL: 2.818.029.083,85

Média: 234.835.756,99

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 8.01.20.10.02.00.00 DÍVIDA ATIVA DO ISS

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2010 a 2012:

Ítem	EXERCÍCIO DE 2010	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2010 = R\$	2.334.179.102,16
2	Média anual de saldos mensais = $2.334.179.102,16 / 12 =$	194.514.925,18
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2010 = R\$	3.123.983,87
4	Média mensal de recebimentos = $3.123.983,87 / 12 =$	260.331,99
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2010: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	0,13%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2011	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2011 = R\$	2.555.502.627,05
2	Média anual de saldos mensais = $2.555.502.627,05 / 12 =$	212.958.552,25
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2011 = R\$	4.425.060,31
4	Média mensal de recebimentos = $4.425.060,31 / 12 =$	368.755,03
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2011: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	0,17%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	2.818.029.083,85
2	Média anual de saldos mensais = $2.818.029.083,85 / 12 =$	234.835.756,99
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	11.706.506,48
4	Média mensal de recebimentos = $11.706.506,48 / 12 =$	975.542,21
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2012: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	0,42%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2010	Média Ponderada de Recebimentos	0,134%
2011	Média Ponderada de Recebimentos	0,173%
2012	Média Ponderada de Recebimentos	0,415%
Total % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012)		0,722%
Média % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012) / 3		0,241%

Portanto, para os exercícios de 2010, 2011 e 2012 a média de recebimento ACIMA indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 0,24\% = 99,76\%$$

Conclusão:

99,76% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como:

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS

2.5.4 - Memória de Cálculo das Taxas

1.1.2.9.1.03.01.04.00.00.00

- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2010	
2010	5.379.710,79

Média: 448.309,23

Recebimento 2011	
2011	8.043.447,92

Média: 670.287,33

Recebimento 2012	
2012	5.929.398,58

Média: 494.116,55

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.35.00.00.00 + 1.9.3.1.99.01.00.00 + 1.9.3.1.99.02.00.00 (Taxas)

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2010: Saldo D.A. TAXAS		
2010	1	29.191.219,73
2010	2	28.911.303,61
2010	3	28.391.319,99
2010	4	27.983.985,60
2010	5	27.458.894,59
2010	6	26.688.710,71
2010	7	26.907.778,60
2010	8	26.442.103,58
2010	9	25.997.532,37
2010	10	25.870.162,49
2010	11	25.261.540,74
2010	12	28.817.600,14

TOTAL: 327.922.152,15

Média: 27.326.846,01

2011: Saldo D.A. TAXAS		
2011	1	28.102.666,69
2011	2	28.095.457,03
2011	3	27.401.652,25
2011	4	27.335.281,60
2011	5	26.781.913,41
2011	6	26.688.710,71
2011	7	26.177.036,36
2011	8	26.123.566,76
2011	9	25.665.296,13
2011	10	25.477.251,60
2011	11	25.183.695,66
2011	12	26.413.576,66

TOTAL: 319.446.104,86

Média: 26.620.508,74

2012: Saldo D.A. TAXAS		
2012	1	26.258.725,33
2012	2	26.066.478,96
2012	3	26.091.499,39
2012	4	25.846.761,90
2012	5	25.399.236,44
2012	6	25.349.800,52
2012	7	24.904.239,81
2012	8	24.893.814,95
2012	9	24.628.097,07
2012	10	23.786.600,69
2012	11	21.309.272,20
2012	12	25.734.524,04

TOTAL: 300.269.051,30

Média: 25.022.420,94

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 8.01.20.10.05.00.00 DÍVIDA ATIVA DE TAXAS

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2010 a 2012:

Ítem	EXERCÍCIO DE 2010	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2010 = R\$	327.922.152,15
2	Média anual de saldos mensais = $327.922.152,15 / 12 =$	27.326.846,01
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2010 = R\$	5.379.710,79
4	Média mensal de recebimentos = $5.379.710,79 / 12 =$	448.309,23
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2010: $(\text{item4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,64%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2011	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2011 = R\$	319.446.104,86
2	Média anual de saldos mensais = $319.446.104,86 / 12 =$	26.620.508,74
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2011 = R\$	8.043.447,92
4	Média mensal de recebimentos = $8.043.447,92 / 12 =$	670.287,33
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2011: $(\text{item4} / \text{item 2}) \times 100 =$	2,52%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	300.269.051,30
2	Média anual de saldos mensais = $300.269.051,30 / 12 =$	25.022.420,94
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	5.929.398,58
4	Média mensal de recebimentos = $5.929.398,58 / 12 =$	494.116,55
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2012: $(\text{item4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,97%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2010	Média Ponderada de Recebimentos	1,641%
2011	Média Ponderada de Recebimentos	2,518%
2012	Média Ponderada de Recebimentos	1,975%
Total % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012)		6,133%
Média % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012) / 3		2,044%

Portanto, para os exercícios de 2010, 2011 e 2012 a média de recebimento ACIMA indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

100% - 2,04% = 97,96%

Conclusão:

97,96% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como:

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS

2.5.5 - Memória de Cálculo das Contribuições de Melhoria

1.1.2.9.1.03.01.05.00.00.00

- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2010	
2010	884.716,39

Média: 73.726,37

Recebimento 2011	
2011	1.027.387,77

Média: 85.615,65

Recebimento 2012	
2012	873.166,26

Média: 72.763,86

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.98.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2010: Saldo D.A. C.Melhoria		
2010	1	6.697.281,52
2010	2	6.640.682,84
2010	3	6.511.015,99
2010	4	6.495.769,54
2010	5	6.400.728,20
2010	6	6.357.069,97
2010	7	6.227.452,68
2010	8	6.216.225,08
2010	9	6.139.389,15
2010	10	6.095.478,44
2010	11	5.931.665,15
2010	12	6.208.820,02

TOTAL: 75.921.578,58

Média: 6.326.798,22

2011: Saldo D.A. C.Melhoria		
2011	1	6.107.459,20
2011	2	6.071.292,68
2011	3	5.959.106,80
2011	4	5.902.337,00
2011	5	5.801.119,53
2011	6	5.795.065,80
2011	7	5.712.616,87
2011	8	5.687.073,42
2011	9	5.609.304,44
2011	10	5.581.086,74
2011	11	5.510.571,81
2011	12	5.515.398,22

TOTAL: 69.252.432,51

Média: 5.771.036,04

2012: Saldo D.A. C.Melhoria		
2012	1	5.488.788,09
2012	2	5.456.710,81
2012	3	5.399.270,87
2012	4	5.405.414,24
2012	5	5.306.955,73
2012	6	5.305.656,62
2012	7	5.224.121,98
2012	8	5.137.771,48
2012	9	5.078.229,37
2012	10	4.933.412,85
2012	11	4.590.738,58
2012	12	4.808.090,30

TOTAL: 62.135.160,92

Média: 5.177.930,08

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 8.01.20.10.04.00.00 DÍVIDA ATIVA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2010 a 2012:

Ítem	EXERCÍCIO DE 2010	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2010 = R\$	75.921.578,58
2	Média anual de saldos mensais = $75.921.578,58 / 12 =$	6.326.798,22
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2010 = R\$	884.716,39
4	Média mensal de recebimentos = $884.716,39 / 12 =$	73.726,37
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2010: $(\text{item4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,17%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2011	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2011 = R\$	69.252.432,51
2	Média anual de saldos mensais = $69.252.432,51 / 12 =$	5.771.036,04
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2011 = R\$	1.027.387,77
4	Média mensal de recebimentos = $1.027.387,77 / 12 =$	85.615,65
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2011: $(\text{item4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,48%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	62.135.160,92
2	Média anual de saldos mensais = $62.135.160,92 / 12 =$	5.177.930,08
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	873.166,26
4	Média mensal de recebimentos = $873.166,26 / 12 =$	72.763,86
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2012: $(\text{item4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,41%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2010	Média Ponderada de Recebimentos	1,165%
2011	Média Ponderada de Recebimentos	1,484%
2012	Média Ponderada de Recebimentos	1,405%
Total % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012)		4,054%
Média % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012) / 3		1,351%

Portanto, para os exercícios de 2010, 2011 e 2012 a média de recebimento ACIMA indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 1,35\% = 98,65\%$$

Conclusão:

98,65% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujos montante deverá ser lançado como:

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

1.1.2.9.1.03.01.00.00.00.00

- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2010	
2010	33.972.603,95

Média: 2.831.050,33

Recebimento 2011	
2011	49.419.416,60

Média: 4.118.284,72

Recebimento 2012	
2012	56.052.500,63

Média: 4.671.041,72

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.00.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2010: Saldo D.A. Tributária		
2010	1	354.230.990,24
2010	2	357.043.480,99
2010	3	353.522.469,66
2010	4	353.817.284,49
2010	5	350.172.460,87
2010	6	349.471.302,79
2010	7	346.367.640,76
2010	8	344.169.204,08
2010	9	341.348.878,00
2010	10	340.862.442,02
2010	11	336.553.140,53
2010	12	377.322.429,78

TOTAL: 4.204.881.724,21

Média: 350.406.810,35

2011: Saldo D.A. Tributária		
2011	1	373.415.728,05
2011	2	380.109.328,23
2011	3	376.029.721,11
2011	4	374.803.571,75
2011	5	371.244.680,30
2011	6	379.698.689,06
2011	7	376.348.365,90
2011	8	376.703.166,47
2011	9	373.521.625,92
2011	10	372.855.868,42
2011	11	370.292.569,95
2011	12	389.503.617,92

TOTAL: 4.514.526.933,08

Média: 376.210.577,76

2012: Saldo D.A. Tributária		
2012	1	388.615.252,70
2012	2	388.765.551,33
2012	3	387.500.702,10
2012	4	388.204.313,48
2012	5	384.369.605,86
2012	6	386.482.063,67
2012	7	382.624.889,58
2012	8	394.497.866,96
2012	9	392.584.923,54
2012	10	383.635.862,18
2012	11	361.901.083,30
2012	12	418.669.457,48

TOTAL: 4.657.851.572,18

Média: 388.154.297,68

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 8.01.20.10.00.00.00 DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

2.5.6 - Memória de Cálculo dos Ajustes de Perdas de Créditos Tributários

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2010 a 2012:

Ítem	EXERCÍCIO DE 2010	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2010 = R\$	4.204.881.724,21
2	Média anual de saldos mensais = $4.204.881.724,21 / 12 =$	350.406.810,35
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2010 = R\$	33.972.603,95
4	Média mensal de recebimentos = $33.972.603,95 / 12 =$	2.831.050,33
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2010: $(\text{item4} / \text{item 2}) \times 100 =$	0,81%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2011	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2011 = R\$	4.514.526.933,08
2	Média anual de saldos mensais = $4.514.526.933,08 / 12 =$	376.210.577,76
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2011 = R\$	49.419.416,60
4	Média mensal de recebimentos = $49.419.416,60 / 12 =$	4.118.284,72
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2011: $(\text{item4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,09%

Ítem	EXERCÍCIO DE 2012	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2012 = R\$	4.657.851.572,18
2	Média anual de saldos mensais = $4.657.851.572,18 / 12 =$	388.154.297,68
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2012 = R\$	56.052.500,63
4	Média mensal de recebimentos = $56.052.500,63 / 12 =$	4.671.041,72
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2012: $(\text{item4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,20%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2010	Média Ponderada de Recebimentos	0,808%
2011	Média Ponderada de Recebimentos	1,095%
2012	Média Ponderada de Recebimentos	1,203%
Total % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012)		3,106%
Média % de Recebimentos = (2010 + 2011 + 2012) / 3		1,035%

Portanto, para os exercícios de 2010, 2011 e 2012 a média de recebimento ACIMA indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 1,04\% = 98,96\%$$

Conclusão:

98,96% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como:

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.

3. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO

DESCRIÇÃO	2014	2013
DEMAIS CRÉDITOS E VAL. DE CURTO PRAZO		
3.1 Adiantamentos Conc.a Pessoas e a Terceiros	11.329,08	14.818,23
3.2 Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados:	21.719.795,63	13.435.325,60
3.2.1 Depósitos Judiciais	618.692,55	632.781,14
3.2.2 Depósitos Restit.Vinculada em Conta Especial Precatório Contr. pelo Tribunal de Justiça	20.917.133,35	12.618.574,73
3.2.3 Outros Depósitos Restituíveis e Val.Vinculados	183.969,73	183.969,73
3.3 Dívida Ativa Não Tributária – Demais Créditos	12.792.585,97	12.566.297,00
3.3.1 Contribuições de Iluminação Pública - COSIP	83.095,13	90.671,70
3.3.2 Impugnações e Imposições	12.709.490,84	12.475.625,30
3.4 Outros Créditos a Rec. e Valores a Curto Prazo	8.678.227,02	7.329.953,89
TOTAL DOS DEMAIS CRÉD.E VAL.DE CT.PRAZO	43.201.937,70	33.346.394,72

3.1 Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros - R\$ 11.329,08 - Registro dos saldos dos adiantamentos concedidos a servidores e a terceiros, pendentes de prestação de contas, justificativas de gastos, perdas ou de outras ocorrências, que serão ajustados no próximo exercício.

3.2 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

3.2.1 Depósitos Judiciais - R\$ 618.692,55 - Trata-se de depósitos para corresponder a pagamentos de saques em contas bancárias, determinado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, em garantia de pagamento de processos em andamento.

3.2.2 Depósitos Restituíveis Vinculados em Conta Especial Precatório Controlada pelo Tribunal de Justiça - R\$ 20.917.133,35 - Depósitos efetuados mensalmente da parcela de precatórios, conforme Decreto Municipal nº. 213 de 04/03/2010, que dispõe sobre a opção do município de Londrina pelo regime especial instituído pelo artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009, para pagamento de precatórios que ora se encontram pendente identificação dos beneficiários ou que vierem a ser emitidos durante a sua vigência, para posterior baixa das obrigações.

3.2.3 Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - R\$ 183.969,73, corresponde a: 1º)- Depósitos de precatórios efetuados em duplicidade indevidamente de três processos, uma vez que não houve a baixa da lista oficial do Tribunal de Justiça do Paraná no valor de R\$ 21.770,74;

2º)- Restituição ao Município de pagamento de precatórios em nome de Regina Aparecida Vieira, autos nº. 887-37.1998.8.16.0014, Sebastião Bueno dos Santos, autos nº. 14479-96.2004.8.16.0014 e Elias Marçal, autos nº. 10370-44.2001.8.16.0014, cuja competência é da CAAPSM, órgão da administração indireta responsável pela obrigação no valor de R\$ 162.198,99.

3.3 Dívida Ativa Não Tributária - Demais Créditos

3.3.1 Contribuição de Iluminação Pública - COSIP - R\$ 83.095,13 - Refere-se a Crédito a Receber da Copel referente a Contribuição de Iluminação Pública.

3.3.2 Impugnações e Imposições - R\$ 12.709.490,84 - Reconhecimento de créditos em dívida ativa não tributária, referente às certidões de débitos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de responsabilização de entidades e terceiros, objetivando a restituição de valores ao município. Inscrevem-se também as impugnações ou glosas originárias de processos administrativos decorrentes das impugnações das prestações de contas que se apresentem com irregularidades ou pendências.

3.4 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - R\$ 8.678.227,02 - Créditos pendentes a regularizar de órgãos, entidades da administração indireta e de terceiros, pelo atendimento no fornecimento de bens, materiais e serviços repassados, assim como, crédito previdenciário suportado pelo município, perante ao Instituto Nacional de Previdência Social, mediante desconto junto ao Fundo de Participação do Município.

4 ESTOQUE

O Município não possui controle de estoque, no formato exigido pela nova legislação, e todo material adquirido é registrado na contabilidade, como despesa no mês. Apesar da implantação não ter sido ocorrida no exercício de 2014, deve-se ao fato do sistema informatizado que operacionaliza tal controle estar em fase de desenvolvimento. Porém, todas as providências

junto aos órgãos competentes estão sendo tomadas para que no exercício de 2015, o controle de estoque, já esteja em funcionamento, em observância as novas normas contábeis estabelecidas. Salientamos que haverá implantação de sistema informatizado próprio, a partir de 2015, prevendo a possibilidade de apuração de custos no setor público, de acordo com a NBC T 16.11 da Resolução do CFC nº 1.366/2011.

5 INVESTIMENTOS

Contas	2014	2013
5.1 Partic.Avaliadas Pelo Met.de Equiv.Patrimonial	126.693.333,21	132.654.109,73
5.9 Reduções do Vr.Recup.de Inv.-Partic.Permanente	-38.002.406,37	-3.266.694,81
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	88.690.926,84	129.387.414,92

Demonstrativo das Participações Societárias

Empresas	2014	2013
5.1 Participações em Empresa da Administr. Indireta	80.992.498,04	129.350.962,64
5.1.1 Sercomtel Telecomunicações S/A.	33.154.982,58	50.273.464,43
5.1.2 Companhia de Habitação de Londrina-Cohab-Ld	85.688.161,42	82.134.597,98
5.1.3 Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina	51.760,41	48.155,17
5.1.4 Cia. Municipal de Trânsito e Urbanismo – CMTU	-37.902.406,37	-3.266.694,81
5.1.4 Cia. Municipal de Trânsito e Urbanismo – CMTU Integralização de Capital		100.000,00
5.1.5 Consórcio Intermunicipal de Segurança e Cidadania de Londrina	0,00	61.439,87
5.2 Participações em outras empresas	35.248,28	36.452,28
5.2.1 Ações da Rede Ferroviária Federal S/A.	14.880,32	14.880,32
5.2.2 Ações da Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A	1.781,76	2.985,76
5.2.3 Ações da Central de Abastecimento do Paraná S/A – Ceasa/PR	18.586,20	18.586,20
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	88.690.926,84	129.387.414,92

6 IMOBILIZADO

Os Bens Móveis e imóveis foram avaliados inicialmente ao custo histórico, sendo considerados como custo todos os valores necessários para que o imobilizado estivesse à disposição da Administração e seus órgãos. Não foram aplicadas a avaliação e a depreciação nos referidos bens, e nem considerado o valor residual dos bens, cujos procedimentos estão sendo implantados de forma gradual e previstos a partir dos próximos exercícios. Quanto aos Bens Imóveis, a princípio são avaliados pelo custo histórico, sendo que o Município possui uma metodologia própria utilizada pelo órgão responsável, nas incorporações ou reavaliações, conforme Decreto nº 1558, de 23 de dezembro de 2013, com base o valor venal que consta do Sistema Imobiliário do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, isto é, com base nos índices da planta de valores do Município naqueles bens imóveis que não faziam parte do patrimônio ou com baixo valor contábil.

Descrição	Saldo 31/12/13	Inscrição	Baixas	Saldo 31/12/14
BENS MÓVEIS	58.169.722,73	7.018.246,12	133.620,16	65.054.348,69
Máquinas, Aparelhos, Equipam. e Ferramentas	23.871.397,48	1.803.383,12	43.352,75	25.631.427,85
Bens de Informática	7.476.835,72	2.370.994,28	72.827,09	9.775.002,91
Móveis e Utensílios	9.137.808,20	127.508,66	15.678,79	9.249.638,07
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicações	1.424.631,09	11.536,71	1.761,53	1.434.406,27
Veículos	14.644.877,63	2.600.646,02	0,00	17.245.523,65
Armamentos	642.924,00	57.960,00	0,00	700.884,00
Demais Bens Móveis	971.248,61	46.217,33	0,00	1.017.465,94
BENS IMÓVEIS	834.393.705,21	371.127.352,10	60.368.101,39	1.145.152.955,92
BENS DE USO ESPECIAL	510.491.829,85	107.272.173,62	21.207.542,37	596.556.461,10
Edificações	176.792.816,73	6.108.769,71	11.973.919,84	170.927.666,60
Terrenos	329.839.416,71	100.225.640,02	9.233.622,53	420.831.434,20
Instalações	3.561.666,63	937.763,89	0,00	4.499.430,52
Outros Bens de Uso Especial	297.929,78	0,00	0,00	297.929,78
BENS DOMINICAIS	29.660.988,46	13.567.293,29	7.664.000,00	35.564.281,75
Terrenos	29.660.988,46	13.567.293,29	7.664.000,00	35.564.281,75
BENS DE USO COMUM DO POVO	270.286.526,07	235.214.810,73	27.530.789,26	477.970.547,54
Ruas, Logradouros e Estradas	226.532.754,49	25.652.660,55	2.032.906,19	250.152.508,85
Praças, Parques e Bosques	11.829.612,30	208.629.139,64	1.293.064,54	219.165.687,40
Pontes e Viadutos	1.281.792,94	0,00	0,00	1.281.792,94
Outros Bens de Uso Comum do Povo	30.642.366,34	933.010,54	24.204.818,53	7.370.558,35
BENS IMÓVEIS EM ANDAMEN-TO	23.954.360,83	15.073.074,46	3.965.769,76	35.061.665,53
Obras em Andamento	23.954.360,83	14.759.912,96	3.901.489,76	34.812.784,03
Estudos e Projetos	0,00	313.161,50	64.280,00	248.881,50
TOTAL DO IMOBILIZADO	892.563.427,94	378.145.598,22	60.501.721,55	1.210.207.304,61

7 INTANGÍVEIS

Bens intangíveis são aqueles que não têm existência física, como os direitos de exploração, concessão, permissão, direito de uso de marcas, patentes, softwares e o fundo de comércio adquirido, que no Município corresponde apenas aos softwares adquiridos.

Descrição	Saldo 31/12/13	Inscrição	Baixas	Saldo 31/12/14
BENS INTANGÍVEIS	205.934,96	355.985,12	0,00	561.920,08
Softwares	205.934,96	355.985,12	0,00	561.920,08

8 OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

São as obrigações constantes do Passivo Circulante, que se apresentam com seus efetivos valores, vencíveis dentro do próximo exercício, ou seja de curto prazo, registrados no balanço patrimonial a valores nominais dos títulos, constituídos fundamentalmente por pessoal, encargos e contas a pagar, correspondente a empréstimos, financiamento e fornecedores.

DESCRIÇÃO	2014	2013
PASSIVO CIRCULANTE		
8.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar de Curto Prazo	24.418.632,94	22.133.784,95
8.1.1 Pessoais a Pagar	189.824,41	136.466,02
8.1.2 Benefícios Previdenciários a Pagar	54.489,95	54.489,95
8.1.3 Benefícios Assistenciais a Pagar	4.800,84	4.416,67
8.1.4 Encargos Sociais a Pagar	24.169.517,74	21.938.412,31
8.2 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	13.318.558,09	8.445.881,72
8.2.1 Empréstimos a Curto Prazo – Interno	7.710.204,04	2.951.855,66
8.2.2 Financiamentos a Curto Prazo – Interno	5.044.021,50	4.951.577,31
8.2.3 Juros e Encargos de Empréstimos e Financia-mentos de Curto Prazo – Interno	564.322,55	542.448,75
8.3 Fornecedores e Contas Pagar de Curto Prazo	7.459.331,11	7.061.623,84
8.3.1 Contas a Pagar de Credores Nacional.do Exercício	3.810.475,41	5.667.029,40
8.3.2 Contas a Pagar de Cred.Nacional.de Exercícios Anteriores.	3.648.855,70	1.394.594,44
8.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo c/a União	607.772,56	603.953,42
8.4.1 PIS/PASEP a Recolher - Não Parcelado	42.107,95	39.229,68
8.4.2 PIS/PASEP a Recolher – Parcelado	565.517,76	564.576,99
8.4.3 Outros Tributos e Contrib. Federais a Recolher	146,85	146,75
8.5 Demais Obrigações de Curto Prazo	6.153.421,57	8.998.511,59
8.5.1 Consignações	3.491.091,32	6.803.744,11
8.5.2 Depósitos Judiciais	835.473,52	431.973,95
8.5.3 Depósitos Não Judiciais – Cauções	1.188.339,02	1.210.552,94
8.5.4 Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	638.517,71	552.240,59
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	51.958.093,55	47.243.755,52

8.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar de Curto Prazo - R\$ 24.418.632,94 - Correspondem às obrigações com pessoal a pagar no próximo exercício, correspondente a salários, encargos e benefícios.

8.1.4 O valor deste item é o mais relevante deste grupo de obrigações por se tratar de parcelamento de dívidas previdenciárias com o Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipal de Londrina, com fundamento na Lei Municipal nº 9.566/2004 e parcelamento da dívida dos aposentados de conformidade com a Lei Municipal nº 10.313/2007 e encargos previdenciários e parcelas da dívida do Regime Geral de Previdência Social RGPS, junto a Receita Federal de acordo com a lei nº 12.810/2013.

8.2 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo - R\$ 13.318.558,09 - São as obrigações financeiras do Município a título de Empréstimo, bem como financiamentos em moeda nacional, firmado com Agência de Fomento do Paraná, conforme contratos 34.370/2010 e com a Caixa Econômica Federal/Cohab-Ld, conforme contratos firmados acrescidos de encargos financeiros, com vencimento até o término do exercício seguinte.

8.3 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo - R\$ 7.459.331,11 - Trata-se de obrigações a pagar junto a fornecedores de materiais, bens e serviços, utilizados nas atividades operacionais do Município, com vencimento até o término do exercício seguinte.

8.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - R\$ 607.772,56 - Decorre das obrigações do Município com o Governo Federal, na contribuição do PIS/PASEP, a alíquota de 1%, sobre as receitas. Quanto ao parcelamento, trata-se de encargos

originários de exercícios anteriores, de parcelas vincendas no próximo exercício.

8.5 Demais Obrigações de Curto Prazo - R\$ 6.153.421,57 - Refere-se a valores de terceiros, ou de retenções em nome deles, independente do prazo de exigibilidade. Compreende-se também das operações efetuadas entre unidades pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade Social, com pessoas ou unidades de entes públicos que não pertençam ao Município e além dos demais fatos que não compreendem transações dentre as partes.

9 PROVISÕES DE DESPESAS E PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões não foram constituídas, principalmente as dos direitos de natureza trabalhistas as quais estão sendo adequadas para os próximos exercícios, dentro do formato exigido pela nova legislação aplicada ao setor público.

10 OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Compreende as obrigações constantes no Passivo Não Circulante, conhecidas e estimadas de Longo Prazo, ou seja, vencível após o próximo exercício, ou que não possuam critérios de serem classificados neste grupo.

DESCRIÇÃO	2014	2013
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
10.1 Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	239.022.683,24	225.162.056,11
10.1.1 Pessoal a Pagar – Consolidação – Precatórios	23.967.898,08	10.728.561,80
10.1.2 Encargos Sociais a Pagar	215.054.785,16	214.433.494,31
10.2 Empréstimos e Financiam. a Longo Prazo	56.138.309,95	63.656.553,74
10.2.1 Empréstimos a Longo Prazo – Em Contratos	2.408.361,16	5.698.175,14
10.2.2 Financiamentos a Longo Prazo – Interno	53.729.948,79	57.958.378,60
10.3 Obrigações Fiscais a Longo Prazo c/a União	18.415.395,68	18.320.990,19
10.3.1 PIS/PASEP a Recolher – Parcelado	18.415.395,68	18.320.990,19
10.4 Outras Obrigações Lon.Prazo Consolidação	65.414.308,08	46.144.421,40
10.4.1 Precatório de Terceiros do Exercício	18.315.686,94	16.215.050,29
10.4.2 Precatório de Terceiros – Antes de 05/05/2000	39.463.639,36	29.929.371,11
10.4.3 Precatório de Terceiros – A Partir de 05/05/2000	7.634.981,78	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	378.990.696,95	353.284.021,44

10.1.1 Pessoal a Pagar - Consolidação - Precatórios de Pessoal de Exercícios Anteriores - A Partir de 05/05/2000 - R\$ 23.967.898,08 - Saldo da dívida fundada, referente a precatórios de pessoal de processos em andamento na Justiça Comum do Paraná.

10.1.2 Encargos Sociais a Pagar - R\$ 215.054.785,16 - Saldo contratual da Dívida Fundada Interna, referente ao parcelamento do RPPS, conforme Lei nº 9566/2004 de Exercícios Anteriores e contrato nº 10313/2007, inativos CAAPSM - Caixa de Assistência e Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina

10.2.1 Empréstimos a Longo Prazo - Em Contratos - R\$ 2.408.361,16 - Valor referente ao Saldo Contratual da Operação de Crédito contraído junto a Agência de Fomento do Paraná nº 34.336/2010 e 34.370/2010.

10.2.2 Financiamentos a Longo Prazo - Interno - R\$ 53.729.948,79 - Valor referente ao Saldo Contratual junto a Caixa Econômica Federal/Cohab-Ld, sessão de títulos, conforme contratos n.ºs 269631-38 e 362381-59.

10.3.1 PIS/PASEP a Recolher - Parcelado - R\$ 18.415.395,68 - Corresponde a Contribuição Social do PIS/PASEP, de períodos anteriores, notificada pela Receita Federal, onde o Município discutiu judicialmente a obrigatoriedade do recolhimento do referido encargo, tendo perdido a causa, se valeu da Lei nº 12.810/2013 de parcelamento do PASEP, conforme Processo 10930 004605/2001-11, cuja consolidação da dívida ainda está sendo procedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, lançada pelo valor integral passível de ajustes de redução quanto aos juros de mora e encargos legais, após a consolidação formal.

10.4.1 Precatório de Terceiros do Exercício - R\$ 18.315.686,94 - Registros de precatórios de exercícios posteriores a 05/05/2000.

10.4.2 Precatório de Terceiros - Antes de 05/05/2000 - R\$ 39.463.639,36 - Registros de precatórios de exercícios anteriores a 05/05/2000.

10.4.3 Precatório de Terceiros - A partir de 05/05/2000 - R\$ 7.634.981,78 - Registros de precatórios de exercícios anteriores a partir de 05/05/2000.

11 - RESULTADO DO EXERCÍCIO, compreende as contas de Variações Patrimoniais que evidenciam todos os itens de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), equivalentes às contas de receitas e de Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), que correspondem às contas de despesas, reconhecidos no período contábil e que determinam o resultado.

CONTAS DE RESULTADO – (RECEITAS)	2014	2013
11.1 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA - VPA		
11.1.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	340.260.022,94	379.932.356,45
11.1.2 Contribuições	18.293.703,60	17.485.893,24
11.1.3 Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.519.233,87	3.945.497,07
11.1.4 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	20.469.062,72	33.903.881,04
11.1.5 Transferências e Delegações Recebidas	387.269.097,42	346.056.256,03
11.1.6 Valorização e Ganhos Com Ativos	23.708,76	458.953,05
11.1.7 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	122.058.753,39	3.991.014,96
TOTAL DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	891.893.582,70	785.773.851,84

CONTAS DE RESULTADOS – (DESPESA)	2014	2013
11.2 VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA - VPD		
11.2.1 Pessoal e Encargos	332.419.096,41	296.309.539,78
11.2.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais	79.408,96	50.876,80
11.2.3 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	96.086.442,51	90.511.440,37
11.2.4 Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	31.418.063,55	47.159.848,88
11.2.5 Transferências e Delegações Concedidas	342.768.890,98	289.330.101,89
11.2.6 Desvalorização e Perda de Ativos	110.227.576,51	507.728.088,30
11.2.7 Tributárias	7.861.573,51	26.609.835,72
11.2.8 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	40.719.351,27	8.659.609,34
TOTAL DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	961.580.403,70	1.266.359.341,08
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-69.686.821,00	-480.585.489,24

A diferença apresentada como resultado do exercício de 2014, em comparação com o exercício anterior, acima demonstrado, se reflete à aplicação das normas e metodologias constituídas para o Setor Público aos princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, alterada pela Resolução nº 1.282/10, do Conselho Federal de Contabilidade, principalmente na constituição de provisões para possíveis perdas sobre as receitas inscritas tanto em créditos tributários e dívida ativa de períodos anteriores.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Resultados Acumulados, correspondente ao valor da equação: Bens e Direitos menos as Obrigações. No Município encontra-se representado pelo Grupo de Resultados Acumulados.

12.1 Demonstrações conforme a estrutura do Balanço Patrimonial.

Descrição	2014	2013
12.1.1 Resultados Acumulados – Exercícios Anteriores	899.644.322,30	898.488.444,68
12.1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores	302.248.232,45	481.600.007,17
12.1.4 Resultado Patrimonial do Exercício	-69.686.821,00	-480.585.489,24
Total do Resultado Acumulado	1.132.205.733,75	899.502.962,61

Observa-se que no item 12.1.2 de Ajustes de Exercícios Anteriores, decorre essencialmente da movimentação para regularização dos bens móveis e imóveis do patrimônio público do município, visando a adequação as normas da contabilidade aplicada ao setor público.

12.2 Demonstrações dos Resultados de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64.

Descrição	2014	2013
12.2.1 Ativo Financeiro	185.801.744,05	157.981.943,10
12.2.2 Ativo Permanente	1.377.352.780,20	1.142.048.796,47
12.2.3 Passivo Financeiro	-91.321.563,64	-62.978.122,09
12.2.4 Passivo Permanente	-408.775.038,05	-377.896.004,39
12.2.5 Saldo Patrimonial	1.063.057.922,56	859.156.613,09
12.2.6 Diferença (R\$1.132.205.733,75 – 1.063.057.922,56) refere-se a Empenhos a Liquidar – Não Processados	69.147.811,19	40.346.349,52

12.2.6 Empenhos a Liquidar - Não Processados refere-se a empenhos emitidos no exercício, nos exercícios anteriores que ainda não ocorreu à liquidação, ou seja, que os materiais e serviços não foram recebidos ou concluídos, transferindo para o exercício de 2015, como Restos a Pagar não processado, não afetando o patrimônio no exercício em questão.

13. CONTAS DE CONTROLE

Corresponde grupo de contas relacionadas a situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, inclusive as que dizem respeito aos atos e fatos ligados a execução orçamentária e financeira, onde são registrados os Atos Potenciais e de Controles Específicos.

Descrição	2014	2013
13.1. ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.059.307,73	18.689.809,66
13.1.1 Garantia e Contragarantias Recebidas	3.132.679,69	1.206.190,86
13.1.2 Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	15.926.628,04	17.483.618,80
13.2. ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.741.397.891,15	6.474.260.781,08
13.2.1 Garantias e Contragarantias Concedidas	131.345.020,43	119.494.696,32
13.2.2 Obrigações Conveniadas e Outros	724.198,30	258.737,22
13.2.3 Obrigações Contratuais – Consolidação	293.454.428,46	102.152.623,82
13.2.4 Outros Atos Potenciais Passivos RPPS	6.315.874.243,96	6.252.354.723,72

13.1 Atos Potenciais Ativos

13.1.1 Garantia e contragarantias Recebidas - R\$ 3.132.679,69 - Compreende os registros de avais, fianças e hipotecas recebidas como garantia e contra garantias, sobre contratos firmados no fornecimento de bens, serviços e obras.

13.1.2 Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber - R\$ 15.926.628,04 - São registros de valores a receber de convênios e outros instrumentos congêneres firmados com entes públicos federais e estaduais, mantendo-se os valores originais, mesmo após a sua fase de aprovação.

13.2 Atos Potenciais Passivos

13.2.1 Garantias e Contragarantias Concedidas - R\$ 131.345.020,43 - Correspondem aos registros de instrumentos firmados, de execução de avais e fiança, concedida pelo Município a entidades da administração indireta.

13.2.2 Obrigações Conveniadas e Outros - R\$ 724.198,30 - São registros de transferências voluntárias concedidas a diversas entidades assistências e de interesse público, através de convênios e outros instrumentos congêneres.

13.2.3 Obrigações Contratuais - Consolidação - R\$ 293.454.428,46 - Compreende os registros de controle dos valores das obrigações contratuais, quando o Município participa como contratante de bens, serviços e obras públicas, a saber: Contrato de Seguros R\$ 9.022,26 Contratos de Serviços e obras R\$ 43.306.968,92; Contratos de fornecimento de bens R\$ 34.672.449,45; Contratos de aluguéis R\$ 1.821.753,47 e Contrato de Operação de Crédito no valor de R\$ 213.644.234,36. Ressalte-se também, que os valores dos atos potenciais referente a contratos de serviços e obras, seguros, de fornecimento de bens e de aluguéis são informações apresentadas pela secretaria de Gestão Pública, através do módulo Licitações e Contratos.

13.2.4 Outros Atos Potenciais Passivos RPPS - R\$ 6.315.874.243,96 - Representa o comprometimento do Município na possível cobertura de insuficiência financeira do Fundo Financeiro, com aumento de R\$63.519.520,24, para ocorrer com as aposentadorias dos servidores, apurada nas provisões matemáticas do laudo anual de Avaliação Atuarial da CAAPSM - Caixa de Assistência, Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina, das obrigações futuras do Município com pensões e aposentadorias dos servidores.

14 O Município de Londrina, mantém a sua contabilidade em sistema terceirizado, contratado e consolidado atendendo a Administração Direta e as entidades indiretas, para fins de Consolidação, a qual se encontra perfeitamente enquadrada à legislação. Os resultados são frutos do documental remetidos para contabilização pelos órgãos da entidade, respondendo esses pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante da responsabilidade da documentação e procedimentos. A responsabilidade do profissional contabilista que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos efetivamente notificados ao profissional.